

BANCO REAL

INFRABRASIL

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(“INFRABRASIL” OU “FUNDO”)

4º RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL (ECR)

Agosto de 2008

ÍNDICE

- I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO
- II. SITUAÇÃO DO PROJETO
- III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS
- IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA
- V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS
- VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS
- VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

Lista de Anexos

1. Declaração de Intenção SOI – Rede Coletora, Sistema de Tratamento de Esgotos e Disposição Submarina do município de Rio das Ostras
2. Relatório de Viabilidade de EHS – Rede Coletora, Sistema de Tratamento de Esgotos e Disposição Submarina do município de Rio das Ostras
3. Notificação – Rede Coletora, Sistema de Tratamento de Esgotos e Disposição Submarina do município de Rio das Ostras
4. Declaração de Intenção SOI – Usinas Termelétricas a bagaço de cana-de-açúcar - UTEs Sud Mennucci e Ilha Solteira
5. Relatório de Viabilidade de EHS – Usinas Termelétricas a bagaço de cana-de-açúcar - UTEs Sud Mennucci e Ilha Solteira
6. Notificação – Usinas Termelétricas a bagaço de cana-de-açúcar - UTEs Sud Mennucci e Ilha Solteira

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO

O presente Relatório tem por objetivo atender a cláusula 6.13 (f) do contrato de empréstimo entre o BID e o InfraBrasil datado de 5 de julho de 2006. Este relatório cobre as atividades do InfraBrasil do ponto de vista de observância socioambiental no período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 a 30 de junho de 2008.

II. SITUAÇÃO DO PROJETO

O InfraBrasil Fundo de Investimentos em Participações (“Fundo” ou “InfraBrasil”) realizou no primeiro semestre de 2008 investimentos no valor total de R\$41,5 milhões.:

- R\$4,7 milhões para o financiamento parcial da pequena central hidroelétrica “Piedade”, através do investimento em debêntures subordinadas de emissão da PST Energias Renováveis e Participações S.A. (“PST”). Este investimento complementa o investimento no valor de R\$7,0 milhões feito em 31/07/2007 para o mesmo projeto

- R\$30 milhões em ações preferenciais da RRI Participações S.A. (“RRI”). A RRI é a empresa controladora da Renova Energia S.A.

- R\$ 6,8 milhões em ações ordinárias da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. (“Haztec”). Este investimento complementa o investimento de R\$50 milhões feito em novembro de 2007

Em 30 de junho de 2008 havia R\$234 milhões aprovados pelo Comitê, porém ainda não desembolsados, sendo R\$10 milhões para a Enerbrás Centrais Elétricas S.A., R\$23 milhões para a PST, R\$ 65 milhões para a Saneamento de Rio das Ostras S.A., R\$120 milhões para a Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade S.A. e mais R\$16 milhões para a Haztec.

Fundo fechou o semestre com valorização das quotas em 3,95% e um resultado líquido de R\$13.934 mil.

De acordo com o Contrato de Empréstimo, o InfraBrasil está em conformidade com a legislação brasileira ambiental, social, trabalhista ou de saúde e segurança.

II 1 Situação Individual dos Projetos de Investimento

No período coberto pelo Relatório, houve dois projetos novos aprovados pela equipe ambiental do InfraBrasil, sendo que os mesmos encontram-se até a presente data em conformidade com a legislação ambiental brasileira e não houve desvio do contrato de emissão de debêntures ou necessidade de ações corretivas, conforme descrito sucintamente a seguir. A íntegra de todos os documentos gerados pela equipe ambiental do InfraBrasil encontra-se nos anexos desse Relatório. Todos os documentos encaminhados pelo emissor

do primeiro investimento do Fundo está em posse da equipe ambiental do InfraBrasil e à disposição do BID e dos consultores independentes.

PROJETO REDE COLETORA, SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS E DISPOSIÇÃO SUBMARINA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

O projeto de saneamento da região urbana do Município de Rio das Ostras consiste da construção de rede coletora, estações elevatórias, estação de tratamento, emissário terrestre, emissário submarino e tubulação difusora. O sistema de esgotamento sanitário está sendo implantado em duas etapas, sendo o período inicial de 2002 a 2012, e o período final de 2012 a 2022, prevendo o atendimento de uma população total de 205.983 mil habitantes.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 15 de julho de 2008.

Pré Desembolso

Manifestação da Companhia de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de saneamento ambiental;
Status: Atendida. Foi apresentada justificativa baseada em Lei Estadual sobre a não exigência de outorga para o projeto.

Apresentar Relatório contendo status do cumprimento das Condicionantes da Licença de Instalação com correspondentes custos, responsabilidade e cronograma físico-financeiro;
Status: Ainda não atendida. Todavia, ainda não houve desembolso.

Pós Desembolso

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;
Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Instalação e Operação;
Status: Atendida.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;
Status: Atendida.

Manter a FEEMA permanentemente atualizada com informações sobre a evolução dos programas ambientais;
Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação do Plano de Compensação e Gestão Ambiental e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para a FEEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação; e

Status: Atividade ainda não iniciada.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

PROJETO USINAS TERMELÉTRICAS A BAGAÇO DE CANA-DE-AÇÚCAR - UTEs SUD MENNUCCI (64 MW) E ILHA SOLTEIRA (50 MW)

Os projetos de responsabilidade da Usina Pioneiros consiste da expansão do grupo em dois projetos: (i) aumento da capacidade de geração de energia da unidade Sud Mennucci e, (ii) aumento da capacidade de geração de energia da unidade Ilha Solteira.

O investimento proposto pelo InfraBrasil está majoritariamente relacionado à geração e comercialização de energia das unidades industriais da Pioneiros. Em função das peculiaridades do setor sucroalcooleiro, vários aspectos considerados na aprovação do projeto estão relacionados à atividade agroindustrial das Usinas.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 15 de julho de 2008.

Pré Desembolso

Apresentar manifestação favorável do órgão ambiental sobre a transferência de razão social (Bioeletricidade S.A.), responsabilidades e passivos socioambientais das UTEs de Sud Mennucci e Ilha Solteira a serem segregados dos processos de licenciamento ambiental hoje em nome da Destilaria Pioneiros S.A. e Pioneiros Bioenergia S.A.;

Status: Atendida.

Apresentar status do Projeto de Restauração Florestal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das áreas de Reserva Legal (RL) das áreas próprias e arrendadas para o plantio de cana-de-açúcar previstos na licença Prévia da Pioneiros Bioenergia S.A.

Status: Atendida.

Pós Desembolso

Relatório Anual de Conformidade de EHS, contendo o estágio de cumprimento das exigências de EHS estabelecidas no contrato a ser assinado com o InfraBrasil;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Apresentar Relatório Anual de acompanhamento da evolução das atividades associadas aos empreendimentos, com identificação das Áreas de Preservação Permanente (APPs, as Averbações de Reserva Legal, a expansão canavieira, os fragmentos e/ou maciços vegetais;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Apresentar Relatório Anual de evolução do Plano de Eliminação de Queimadas (P.E.Q);

Status: Atividade ainda não iniciada.

Implementar um sistema de gestão baseado na norma SA 8000;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida.

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais das UTEs;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto e respectivos programas de monitoramento ambiental;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação de potência para cada projeto;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto.

Status: Atendida.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção das UTEs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade ainda não iniciada

Fase de Operação das UTEs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atividade ainda não iniciada

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada

II.2 Situação Individual dos Projetos de Investimentos Aprovados nos Períodos Anteriores

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) DA ILHA (26MW) E JARARACA (28MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 15 de julho de 2008.

Exigências de EHS

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Da Ilha e Jararaca, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida. Os relatórios trimestrais de andamento da obra e programas ambientais foram entregues de acordo com o cronograma.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais a serem encaminhados para a FEPAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação;

Status: Atendida. O relatório das atividades do primeiro trimestre de 2008, época da transição da etapa de implantação para a fase de operação está praticamente finalizado e prestes a ser entregue ao órgão ambiental. O atraso na entrega deste documento se deve à transição de equipes e não contraria prazos estabelecidos pelo órgão ambiental. A situação será normalizada nos meses de julho e agosto com a entrega dos relatórios do primeiro e do segundo trimestre.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Exigências de EHS

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. Todas as exigências da LI foram atendidas, o que possibilitou a emissão das Licenças de Operação. Da mesma forma todas as condicionantes da LO estão sendo atendidas de acordo com prazos estabelecidos.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante do PBA ou das Licenças de Instalação;

Status: Ao longo das obras houve apenas a solicitação de incluir, no PBA, o Programa de Monitoramento de Macrófitas. Este está sendo desenvolvido e assim continuará durante a fase de operação.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. Documentação constante do Relatório Trimestral.

Manter o site da HT Hidrotérmica permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais e resultado das reuniões públicas;

Status: Atendida. O site da Hidrotérmica é atualizado frequentemente. No início de 2008 este site passou por reformulação e informações adicionais ainda estão sendo adicionadas. O site Guardiões da Natureza (www.guardioesdanatureza.com.br) está sendo mantido e aguardando definições sobre a forma de condução das atividades de educação ambiental no Grupo Bolognesi.

Apresentar em um prazo de 180 dias os custos dos mecanismos de transposição para peixes ou a declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade de instalação desses mecanismos;

Status: Exigência parcialmente atendida. Foi apresentada ao órgão ambiental estadual (FEPAM) uma justificativa para a não execução de um dispositivo de transposição. Esta baseia-se principalmente no fato de que as usinas que existem à jusante deste rio, já após a confluência com o rio das Antas, não possuem mecanismos, o que interrompe a possível rota migratória de espécies reuíflicas. Existem outros argumentos sobre a inexistência destas espécies na região que também foram expostas ao órgão ambiental. Este por sua vez ainda não se manifestou diante do que foi apresentado. Os monitoramentos de ictiofauna continuarão durante a operação dos empreendimentos.

Apresentar em um prazo de 180 dias os custos adicionais de aquisição de terras para ampliação da Área de Preservação Permanente ou declaração favorável da FEPAM sobre a não necessidade dessa extensão;

Status: Exigência atendida.

Difinir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Coservação) com a FEPAM, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Exigência parcialmente atendida. Os termos e condições de execução deste programa ainda não foram definidos. O empreendedor aguarda a conclusão do “Estudo para a Criação e Implantação de Unidades de Conservação na Bacia do Rio Taquari-Antas” conforme deliberação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA. Assim sendo, o empreendedor não possui responsabilidades em relação ao atraso da aplicação destes recursos.

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs, conforme previsto na Licença de Instalação;

Status: Atendida. Conforme acordado em reunião com o órgão ambiental e ratificado pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA) as Áreas de Preservação Permanentes das PCHs Jararaca e da Ilha serão de largura variável. As propriedades foram adquiridas conforme exposto no item 7. O plantio de mudas de árvores nativas nas áreas de APP a serem reflorestadas iniciou no mês de abril de 2007 e seguem cronograma específico.

Contratar um profissional de saúde, segurança e meio ambiente para os canteiros de obras, que responda para o gerente de meio ambiente da HT Hidrotérmica;

Status: Atendida. Atividade encerrada.

Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atendida. O Sistema de Gestão Ambiental está sendo implementado. Os contratos necessários estão sendo adequados e renovados de acordo com o previsto nos cronogramas do PBA. Terão continuidade os seguintes programas ambientais: Comunicação Social, Apoio aos Municípios, Disciplinamento do Uso do Reservatório e Entorno, Recuperação de Áreas Degradadas, Monitoramento Hidrossedimentológico, Controle da Erosão, Monitoramento Sismográfico, Monitoramento de Águas Subterrâneas, Monitoramento da Qualidade de Água Superficial, Monitoramento Climatológico, Revegetação do Entorno do Reservatório, Monitoramento e Resgate da Ictiofauna, Monitoramento da Fauna, Monitoramento de Macrófitas.

Além destes está sendo instalado um Centro de Atendimento aos Visitantes onde, além de entender o funcionamento das hidrelétricas, os visitantes poderão participar de atividades de educação ambiental. Junto à este está sendo estudada a possibilidade da implantação de um balneário integrando assim educação e lazer.

O funcionário Andrey Marcos Mazzocca será responsável pela supervisão ambiental das PCHs e responderá à Coordenadora de Meio Ambiente das PCHs do Rio da Prata e à Gerente de Meio Ambiente da Hidrotémica. Da forma como está sendo estruturado o sistema de gestão ambiental atende à todas as exigências do órgão ambiental constantes na Licença de Operação.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH PIEDADE (16 MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 15 de julho de 2008.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso – Tranche A (debêntures)

Apresentar a nova Licença Prévia aprovada pelo COPAM/FEAM e respectivas condicionantes;

Status: Atendida.

Apresentar cronograma físico-financeiro dos programas socioambientais para a nova configuração da PCH, incluindo Programa de Compensação e Aquisição de Terras e Benfeitorias e Área de Preservação Permanente;

Status: Atendida.

Pré-Desembolso – Tranche B (debêntures)

Apresentar a nova Licença de Instalação e Projeto de Controle Ambiental – PCA revisado e Relatório de Atividades com status do cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 124 e das Exigências de EHS;

Status: Atendida.

Manifestação do IGAM-Instituto Mineiro de Gestão das Águas sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de geração de energia;

Status: Atendida.

Pós-Desembolsos Tranche A e B

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das novas Licenças Prévia e de Instalação (a serem emitidas);

Status: Atividade ainda não iniciada.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com a Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB), antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação das PCHs;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Executar no escopo do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas as áreas afetadas pelas obras do antigo canal de adução.

Status: Atividade ainda não iniciada.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Atividade do PCA -Projeto de Controle Ambiental da PCH Piedade, até o início da operação do empreendimento, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais de Atividades a serem encaminhados para a FEAM, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH SANTA LUZIA ALTO (30 MW)

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até 15 de Julho de 2008.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso – Tranche A (debêntures)

Apresentar anuência da FATMA sobre a transferência de responsabilidade de gestão ambiental do trecho de 15, 9188 ha de faixa ciliar do reservatório da UHE Quebra Queixo;

Status: Atendida.

Apresentar cronograma físico-financeiro dos programas socioambientais, incluindo, além dos programas já em desenvolvimento o Projeto de Reflorestamento, Programa de Compensação e Aquisição de Terras e Benfeitorias;

Status: Atendida.

Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;

Status: Atendida.

Apresentar Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável–SDS de Santa Catarina e respectiva outorga da ANEEL;

Status: Atendida.

Pré-Desembolso – Tranche B (debêntures)

Relatório de Atividades com status do cumprimento de todas as condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 0022/2006 e das Exigências de EHS;

Status: Exigência ainda não atendida, porém dentro do prazo.

Manifestação favorável da ANEEL e FATMA sobre o aproveitamento da vazão sanitária, por meio da instalação de uma turbina de 1,5 MW;

Status: Exigência ainda não atendida, porém dentro do prazo.

Pós-Desembolsos Tranche A e B

Exigências de EHS

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante da Licença Ambiental de Instalação;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida. Atividade em desenvolvimento.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) antes da emissão da Licença Ambiental de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

Iniciar a formação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) antes do início da operação da PCH;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais e cumprimento das condicionantes específicas da Licença Ambiental de Instalação e das Exigências de EHS. Cópia dos Relatórios Mensais de Atividades de programa de Aquisição de Terras e Benfeitorias, incluindo status dos não proprietários até o início da operação do empreendimento;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

Fase de Operação – Cópia de Relatório Trimestrais de Andamento dos Programas Ambientais a serem encaminhados para a FATMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecida na Licença de Operação;

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada, porém dentro do prazo.

PROJETO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) SERRA DA PRATA (41,8 MW)

O projeto Serra da Prata é de responsabilidade da ESPRA – Energética Serra da Prata de propriedade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. e consiste da construção de um complexo formado por três usinas hidrelétricas denominadas Colino 1, Colino 2 e Cachoeira da Lixa, a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos dos rios Colino e Jucuruçu do Sul, localizados na região de São João do Prata, envolvendo os municípios de Jucuruçu, Vereda e Itamarajú no Estado da Bahia.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais assinadas em outubro de 2006 e seu respectivo status de atendimento até 31 de julho de 2008.

Exigências de EHS

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atendida. As exigências das Licenças estão sendo atendidas dentro do cronograma estabelecido.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Implantação;

Status: Atendida. Não houve solicitação de revisão de exigência.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atendida.

Manter o CRA permanentemente atualizado com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Status: Atendida. Documentação constante dos Relatórios de evolução das condicionantes ambientais.

Apresentar em um prazo de 90 dias o Relatório “Condicionantes da Licença de Implantação” com correspondentes custos e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida.

Definir os termos e condições de execução do programa de Compensação Ambiental previsto na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com o CRA, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade em desenvolvimento. A aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental estabelecida na Lei do SNUC depende exclusivamente de decisão da Câmara de Compensação Ambiental do Estado da Bahia. Neste sentido vale transcrever o texto de condicionante das licenças de operação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, a saber: “aplicar o percentual do valor total de investimento do empreendimento, conforme previsto na Lei 9.985/05 e a partir de definição a ser estabelecida pela Câmara de Compensação Ambiental SEMARH/CRA/CEPRAM”.

Desenvolver e implementar um sistema de gestão ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atividade em desenvolvimento. O escopo básico do SGA já foi elaborado e está sendo avaliada a contratação de uma consultoria específica para orientar o aperfeiçoamento e implementação do Sistema.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atendida. Foram enviados relatórios atualizados em 05/08/08.

Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para a CRA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atividade em desenvolvimento

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

PROJETO DE EXPANSÃO DA HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

O projeto consiste do investimento para desenvolver o Plano de Negócios da para o Período 2007 – 2009, visando o início um novo ciclo de desenvolvimento da empresa através de crescimento orgânico e por aquisições.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até Junho de 2008.

Exigências de EHS

Pré-Desembolso

Apresentar os Planos de Ação atualizados contendo escopo de trabalho de *Due Diligence* ambiental;

Status: Atendida.

Previsão de implementação de um sistema de gestão baseado na norma SA 8000, além das certificações já previstas (ISO 14001 e OSHAS 1800);

Status: Atendida. Atividade em fase de execução. A Haztec está aprimorando o seu sistema de gestão de Q-SMS visando a extensão da tríplice certificação (pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18000) aos demais sites/filiais onde opera.

Executar *Due Diligence* ambiental em todas as empresas previstas no Plano de Aquisição e Integração a apresentar Relatório consolidado para cada empresa;

Status: Atendida. Atividade em desenvolvimento para cada processo de aquisição. A Haztec apresentou os procedimentos de due diligence e Relatório Final para a aquisição da Geoplan (27/11) Hidrogesp; Aquamec e Gaiapan.

Pós-Desembolsos

Aperfeiçoar o sistema de contratação de seguro ambiental para os serviços associados às Linhas de Negócio LNs III, IV, V;

Status: Atendida. Os seguros apresentados tem coberturas relacionadas a saúde, segurança e meio e ambiente são responsabilidade civil, responsabilidade civil profissional, vida e saúde. Ainda existe um seguro de vida pessoal implementado por Recursos Humanos (benefício). Estão trabalhando na unificação das apólices Haztec e Geoplan após a finalização do processo de incorporação da Geoplan pela Haztec.

Compartilhar com os órgãos ambientais envolvidos novas tecnologias e boas práticas relativas aos serviços propostos,

Status: Atividade em desenvolvimento. Foram realizados seminários contando com a participação de órgãos ambientais; comunidade industrial e ainda parceiros estratégicos.

Além dos serviços de apoio técnico/jurídico realizados ao Sindicom, (Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis).

Promover o uso da tecnologia/metodologia mais adequada para o desenvolvimento de cada Linha de Negócio;

Status: Atividade em desenvolvimento.

Cumprir e fazer cumprir com todas as exigências previstas na legislação ambiental e trabalhista;

Status: Atendida.

Auxiliar as empresas subcontratadas no total cumprimento da legislação ambiental e trabalhista;

Status: Atendida.

Comunicar qualquer tipo contingência, multa, acidente, ação civil ou criminal envolvendo a Haztec e seus fornecedores;

Status: No período analisado não houve ocorrência.

O InfraBrasil deverá monitorar o sistema de gestão ambiental da Haztec, por meio de visitas, revisão da documentação e contratar consultoria independente nas atividades de supervisão e monitoramento do Projeto, se necessário.

Status: Atividade em desenvolvimento.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Aquisição – Relatório quadrimestrais de Atividades, contendo a descrição das atividades desenvolvidas pela Haztec e definidas no Plano de Ação;

Status: Atendida.

Fase de Pós Aquisição – Após o primeiro ano de consolidação do Plano de Negócio, apresentar Relatórios Semestrais nos 3 primeiros anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade em desenvolvimento.

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHS – PROJETO RENOVA

O projeto Renova Energia de responsabilidade da empresa Enerbras Centrais Elétricas Ltda. consiste do desenvolvimento e construção de um 24 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), distribuídas em 7 estados brasileiros a partir do aproveitamento dos potenciais hidráulicos de diversos cursos d'água, envolvendo 15 PCHs no Estado da Bahia, 3 em Minas Gerais, 2 no Mato Grosso do Sul, 1 no Mato Grosso e 4 no Paraná, totalizando uma potência de 233,4 MW. Além desses projetos estão sendo inventariados outros 16 aproveitamentos nos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Minas Gerais, com potencial de geração de 645 MW.

Situação de Conformidade Ambiental com as Exigências de EHS

Abaixo estão reproduzidas as exigências de EHS contratuais e seu respectivo status de atendimento até Junho de 2008

Pré Desembolso

Apresentar o escopo do Sistema de Gestão Ambiental para a Renova Energia S.A., contendo cronograma de implantação, ações, custos e responsabilidades;

Status: Atendida. O escopo básico do SGA já foi elaborado e está sendo avaliada a contratação de uma consultoria específica para orientar o aperfeiçoamento e implementação do Sistema.

Pós Desembolso

Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;

Status: Atividade ainda não atendida. Os projetos em referência ainda não possuem licença ambiental

Apresentar cópia dos estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios EIA/RIMA ou Relatório Ambiental Simplificado-RAS) para cada Pequena Central Hidrelétrica-PCH;

Status: Atividade ainda não atendida. Os estudos se encontram em fase de elaboração.

Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto;

Status: Atividade ainda não atendida. Ainda não houve emissão de licenças ambientais.

Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Apresentar Relatório de Atividades do programa de aquisição de terras e benfeitorias, contendo informações detalhadas sobre as negociações com proprietários e não proprietários, custos e ações desenvolvidas;

Status: Atividade ainda não iniciada.

Definir os termos e condições de execução dos programas de Compensação Ambiental previstos na Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) com os órgãos ambientais, antes da emissão da Licença de Operação;

Status: Atividade ainda não atendida. Os projetos em referência ainda não possuem licença ambiental.

Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão Ambiental para a fase de operação das PCHs.

Status: Atendida. O escopo básico do SGA já foi elaborado e está sendo avaliada a contratação de uma consultoria específica para orientar o aperfeiçoamento e implementação do Sistema.

Relatórios de Monitoramento de EHS

Fase de Viabilidade das PCHs – Relatórios Trimestrais de andamento do licenciamento ambiental do projetos, contendo estágio de evolução dos estudos ambientais, licenças, outorgas, e autorizações governamentais e audiência pública;

Status: Atividade ainda não atendida. Os projetos em referência ainda não possuem licença ambiental.

Fase de Construção das PCHs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas do Projeto Básico Ambiental, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;

Status: Atividade ainda não iniciada. Os projetos em referência ainda não possuem licença ambiental.

Fase de Operação das PCHs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e

Status: Atividade ainda não iniciada.

Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

Status: Atividade ainda não iniciada.

III. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Desde o lançamento do Fundo e entrada em vigor do EMS, não houve impacto negativo significativo relacionado a assuntos socioambientais e nenhum tipo de inobservância às Exigências Ambientais do BID. Também não houve registro de comunicação escrita importante com qualquer autoridade relacionada a qualquer assunto socioambiental, ou reclamação ambiental significativa.

Em 05 e 25 de maio fe 2008, o InfraBrasil publicou no site do Banco Real as Notificações dos Projeto Pioneiros e Rio das Ostras, respectivamente e, durante o período de Disclosure (30 dias) não houve nenhum tipo de questionamento.

Em 26 de março de 2008, o InfraBrasil publicou no site do Banco Real o resumo do 3º Relatório de Conformidade Ambiental (ECR). O arquivo pode ser acessado no link abaixo:

(http://portal3.aceiteabn.com.br/index_internas.htm?sUrl=http://portal3.aceiteabn.com.br/quem_somos/private_equity/tpl_private_equity.shtm)

IV. PLANOS DE AÇÃO CORRETIVA

No período contratado não houve necessidade de desenvolvimento de um Plano de Ação Corretiva para corrigir quaisquer não-conformidades ou deficiências descritas na seção acima.

V. INCIDENTES SIGNIFICATIVOS

Não houve nenhum incidente/acidente associado com as operações do INFRABRASIL que possam ter causado danos socioambientais, fatalidades ou lesões graves associadas ao INFRABRASIL.

VI. COMPROMISSOS NEGATIVOS

Não houve qualquer ação levada a cabo pela INFRABRASIL que resultou direta ou indiretamente em qualquer modificação do EMS.

VII. CONCLUSÕES DO PERÍODO

A dinâmica de tomada de decisão do InfraBrasil com o apoio e assessoria da equipe ambiental tem sido bastante eficiente e não tem gerado controvérsia durante as negociações com os “sponsors” e ratificadas pelo Comitê. Não houve nenhum tipo de demanda de ONGs durante o período de “Disclosure”. A aplicação do EMS tem demonstrado ser um instrumento eficaz para tomada de decisão e gestão socioambiental do InfraBrasil.

ANEXO 1

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Declaração de Intenções/ Statement of Intention (SOI)

Aprovado	Cris Ronza
Date:	30 de Novembro de 2007
Nº:	0010

Empresa:	Odebrecht	
Contato:	Frederico Barbosa	Tel: 22-2760.5344
Projeto:	Sistema de Esgotamento Sanitário Rio Das Ostras	
Estado:	Rio das Ostras Rio de Janeiro	

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

Descrição

Trata-se da implantação da segunda fase do sistema esgotamento sanitário do município Rio das Ostras, constituído de rede coletora, estações elevatórias, estação de tratamento, emissário terrestre, emissário submarino e tubulação difusora.

O investimento total à realização do projetos será de aproximadamente R\$ 360 milhões e a participação proposta pelo InfraBrasil é de aproximadamente R\$ 54 milhões.

Atual Situação de Conformidade Ambiental

De acordo com a documentação apresentada, o projeto está sendo desenvolvido em conformidade com a legislação ambiental brasileira.

O procedimento de licenciamento ambiental do empreendimento e definição de restrições ambientais estão sendo definidos e acompanhados pelos órgãos estaduais de meio ambiente.

As Licenças Prévia e de Instalação para o projeto foram emitidas pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA.

Principais Questões de EHS

Os principais impactos previstos para a fase de construção e operação do sistema de esgotamento sanitário estão associados à alteração do usos e ocupação do solo e da qualidade das águas.

Para minimizar esses impactos negativos foram ser definidas diversas medidas de controle minimização e compensação ambiental.

A Prefeitura Municipal de Rio das Ostras e a Odebrecht, responsáveis pelo investimento deverão administrar as questões ambientais do projeto, considerando sempre as características regionais e locais onde o projeto está sendo instalado, de forma a minimizar eventuais disputas e conflitos de interesse.

Com base nas informações disponíveis até a presente data não há restrição de elegibilidade.

Principais Planos e Programas

Para minimizar oss impactos negativos foram propostas e definidas diversas medidas de controle minimização e compensação, além de um programa de informação e comunicação social. As condicionantes socioambientais previstas para as fases de implantação dos empreendimento estão sendo implementados pela Odebrecht e acompanhadas pela FEEMA/RJ.

Decisão do EMS do InfraBrasil

Projeto Rejeitado:

O Fundo INFRABRASIL não pode ser utilizado para este Projeto. Baseado nos critérios do INFRABRASIL, o risco social e ambiental não é aceitável.

Aceito para *Due Diligence* de EHS:

O Fundo INFRABRASIL pode ser utilizado para este projeto.

Estratégia para *Due Diligence* Ambiental e Social

A equipe ambiental do InfraBrasil deverá realizar visita ao projeto no mês de fevereiro de 2008.

Comentários

Após análise das informações disponíveis e considerando as características do projeto e sua localização, o projeto “Rio das Ostras” está a priori de acordo com os critérios de elegibilidade previstos no Sistema de Gestão Ambiental (EMS) e não há impedimento socioambiental para a continuidade das negociações de investimento junto ao InfraBrasil.

O Relatório de Viabilidade de EHS será elaborado com base nos procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Fundo.

ANEXO 2

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Relatório de Viabilidade de EHS N° 0009

Aprovado	Cris Ronza
Date:	28 de Dezembro de 2007
N°:	0009

Empresa:	Prefeitura Municipal de Rio das Ostras		
Construtora	Construtora Noberto Odebrecht S.A.		
Contato:	Elias Lages de Magalhães Neto	Tel: 11 3465 8488 cel.: 81411668	
		e.mail: elages@odebrecht.com	
Projeto:	Rede Coletora, Sistema de Tratamento de Esgotos e Disposição Submarina do município de Rio das Ostras		
Estado:	Município de Rio das Ostras - Rio de Janeiro		

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

I. Conclusões e Recomendações

O empreendimento Rede Coletora e Sistema de Tratamento de Esgotos com emprego de Disposição Submarina do município de Rio das Ostras foi analisado com base nos critérios, procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Sistema de Gestão Ambiental (EMS) InfraBrasil.

Considerando que todos os planos e programas de controle e gestão ambiental apresentados pelo empreendedor e estabelecidos pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA estão sendo adequadamente desenvolvidos pelas empresas responsáveis e seus fornecedores, entendemos que o empreendimento objeto desse Relatório está em conformidade com o que estabelece o EMS do InfraBrasil e recomendamos a aprovação do Investimento proposto.

O cumprimento das exigências e recomendações previstas nesse Relatório pode ser considerado suficiente para garantir a qualidade e boa reputação dos projetos e das entidades envolvidas no financiamento dos mesmos.

O contrato de financiamento deverá conter as exigências e recomendações apresentadas no **item IX** desse Relatório (Exigências Propostas do EHS).

II. Questões Principais de EHS

A partir da análise dos documentos existentes não foram identificados pontos de atenção.

III. Histórico

Em 26/11/2007, o InfraBrasil solicitou análise preliminar sobre a elegibilidade socioambiental do projeto. A partir da análise das informações disponíveis foi elaborada a Declaração de Intenção SOI nº 0010 de 30/11/2007 e enviada para o gerente do InfraBrasil com manifestação favorável à continuidade da análise socioambiental do investimento.

Durante a visita realizada pela equipe do InfraBrasil em dezembro de 2007, foi possível verificar o estágio do desenvolvimento das obras e dos programas ambientais.

A partir dessa data a equipe ambiental iniciou a análise de todos os documentos e aspectos de EHS previstos no EMS e estabeleceu um canal de comunicação permanente com a Odebrecht.

Não houve visita ao órgão ambiental. A equipe ambiental do InfraBrasil entendeu ser suficiente o nível de informação disponível no site da FEEMA e pela transparência com que a Odebrecht apresentou as informações de EHS associadas ao projeto.

As Empresas Responsáveis

A construtora CNO - Norberto Odebrecht S.A é responsável pelo desenvolvimento e construção do projeto.

A Globaltech Tecnologia Ambiental S/C Ltda é responsável pelos estudos ambientais. A Odebrecht conta com equipe multidisciplinar para a coordenação e gestão dos aspectos socioambientais dos projetos.

IV. Descrição do Projeto

O projeto de saneamento em implantação na área urbana do Município de Rio das Ostras inclui a construção de rede coletora, estações elevatórias, estação de tratamento, emissário terrestre, emissário submarino e tubulação difusora, conforme apresentado a seguir. O sistema de esgotamento sanitário está sendo implantado em duas etapas, sendo o período inicial de 2002 a 2012, e o período final de 2012 a 2022, prevendo o atendimento de uma população total de 205.983 mil habitantes.

Rede Coletora e Elevatórias

O projeto de esgotamento sanitário do Município de Rio das Ostras considera a mesma área urbana a ser contemplada com rede de água potável, de modo a esgotar 75% da área, na primeira fase do projeto, e 90%, na segunda fase, dividindo a área urbana em 10 (dez) bacias.

Devido à topografia bastante plana da região, a definição da divisão das bacias, em sua maioria, levou em consideração as interferências existentes como córregos, rios, a Rodovia Amaral Peixoto (RJ 106) e, ainda, a localização prevista para a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE.

Foram definidos três tipos de estações elevatórias a serem empregadas: elevatórias de rede, intermediárias e finais.

O projeto da rede coletora de esgotos sanitários compreende 306.681m de rede coletora, com diâmetros variando entre 150mm e 900mm; 31 Elevatórias – sendo 4 Elevatórias de Rede, 18 Elevatórias Intermediárias; 9 Elevatórias Finais – e 12.781 ligações domiciliares, distribuídas por 10 bacias.

Estação de Tratamento

Os esgotos sanitários coletados pela rede são transportados por recalque para uma ETE – Estação de Tratamento de Esgotos, localizada no terreno, com área de 63.000m², inscrito no quadrilátero formado pelas ruas Acerbal Pinto Malheiros, Duque de Caxias, Cambuci e Bom Jardim, no bairro Mariléa Chácara.

A Estação de Tratamento recebe, por recalque, desde a elevatória final da rede coletora, os esgotos sanitários brutos já devidamente submetidos ao gradeamento, por grades mais grossas, que estarão instaladas em todas as elevatórias.

A Estação de Tratamento é composta das seguintes unidades: Tratamento Preliminar – executado por uma milipeneira, medidor eletromagnético e uma caixa separadora de areia; e Tratamento Primário – composto por reatores anaeróbios de manta de lodo – UASB e leitos de secagem.

Na etapa inicial de projeto de implantação da ETE, foi prevista a utilização de 4 módulos de reatores do tipo UASB, e mais 2 módulos na etapa final de projeto. Os reatores geraram efluentes tratados a serem encaminhados para o emissário terrestre e, a seguir para o emissário submarino e tubulação difusora, situada a 3.800 m da linha de costa, a uma profundidade de 20 m.

Estes reatores deverão gerar lodos orgânicos que serão encaminhados para leitos de secagem, destinados a desidratar estes lodos, por exposição ao sol, estando prevista a construção de 14 leitos de secagem, no início da primeira etapa de projeto (2002), e mais 7, no início da etapa final de projeto (2012). Esses leitos de secagem apresentam uma base construída por tijolos colocados com aberturas, entre si, e camadas filtrantes inferiores. Assim, a água existente no lodo tratado gerado pelos reatores UASB, será percolada através das camadas filtrantes inferiores e encaminhadas como efluentes do processo de tratamento.

Todos os equipamentos e unidades utilizados na Estação de Tratamento serão objeto de controle de emissão de odores. Os canais e equipamentos do tratamento preliminar são cobertos e dotados de dispositivos de captação e tratamento de odores. Os gases a serem produzidos nos reatores UASB serão coletados e incinerados ou utilizados em projetos de demonstração de aproveitamento de energia.

Além das unidades de tratamento, a Estação de Tratamento contará com uma edificação destinada a seu gerenciamento administrativo e operacional.

Emissário Terrestre

O Emissário Terrestre é constituído por tubos de concreto armado, com diâmetro interno de 1.000mm, e conduz os efluentes sanitários tratados por gravidade, desde a ETE, seguindo pela rua Cambuci, atravessando sob a Rodovia Amaral Peixoto e seguindo, posteriormente pela rua Alexandre Barbosa, até a sua Elevatória Final, implantada na Avenida Costazul, totalizando 2.170 m de extensão.

A Elevatória Final foi construída em estrutura enterrada no sub-solo, dotada de quatro bombas submersíveis que irão recalcar os efluentes tratados para o Emissário Submarino, através de uma câmara reguladora de pressão.

Emissário Submarino e Tubulação Difusora

O Emissário Submarino foi construído com 3.800 m de extensão, em tubulação de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com diâmetro interno de 600 mm.

Em seu primeiro trecho, até uma distância de 200 m da linha d'água, o emissário submarino foi construído em tubulação, em seu primeiro trecho construída em aço e a seguir em PEAD classe SR80, apoiada em um píer a ser implantado de modo permanente, a fim de proteger esta tubulação quanto aos efeitos das ondas, em sua área de arrebentação.

Ao final do Emissário Submarino estará situada a tubulação difusora, com extensão de cerca de 40 m, dotada de 16 orifícios difusores, com diâmetro de 80 mm. Destes orifícios, 10 permanecerão vedados durante o primeiro período de projeto, sendo abertos ao início do segundo período de projeto, para que se obtenha melhores condições hidráulicas para uma maior diluição inicial durante todos os períodos de projeto.

O investimento total à realização do projeto é de aproximadamente R\$ 150 milhões.

A participação proposta pelo InfraBrasil será de até R\$ 70 milhões. O desembolso será realizado a priori em uma única tranche, podendo haver uma liberação de uma segunda tranche caso haja excesso de custos na obra.

V. Situação Atual da Conformidade Ambiental

De acordo com a documentação apresentada, o projeto foi desenvolvido em conformidade com a legislação ambiental brasileira. Os órgãos ambientais estaduais e federais envolvidos conduziram os processos de licenciamento ambiental de acordo com os critérios e

procedimentos definidos pelos órgãos responsáveis, utilizando como instrumentos de decisão o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA). Durante a fase de aprovação da viabilidade ambiental, o projeto não gerou controvérsias ou conflitos de interesse ambiental. A Licença Prévia 002643 de 14/07/2004 e de Instalação 006727 de 29/07/2004 foram emitidas pela FEEMA. Atualmente, a Licença de Instalação está em processo de renovação e há expectativa de que a Licença de Operação seja emitida em março de 2008.

As obras de implantação do empreendimento encontram-se integralmente localizadas dentro do Estado do Rio de Janeiro. As condicionantes e restrições ambientais previstas para as fases de construção estão sendo acompanhadas pela FEEMA.

A visita à área do projeto será realizada pela equipe ambiental do InfraBrasil em fevereiro de 2007, em conformidade com os critérios estabelecidos no EMS.

VI. Divulgação de Informações e Consulta Pública

Em 24/06/2004 foi realizada em Rio das Ostras a Audiência Pública em conformidade com a legislação ambiental brasileira.

A partir da leitura da Ata da Audiência pode-se dizer que todo o processo de divulgação e consulta pública foram bem conduzidos, tanto pelo órgão ambiental como pelos responsáveis pelo projeto.

VII. Principais Riscos e Impactos de EHS

Os principais impactos negativos previstos para a fase de operação do projeto são a alteração do uso e ocupação do solo, da paisagem, das condições hidrológicas, da qualidade das águas, e da fauna e flora local.

Para minimizar esses impactos negativos foram propostas e definidas diversas medidas de controle, minimização e compensação, além um programa de informação e comunicação social. As condicionantes socioambientais previstas para as fases de implantação e operação do empreendimento estão sendo implementados pela Odebrecht e acompanhadas pela FEEMA.

Considerando que o projeto de saneamento ambiental no seu conjunto não gerou controvérsia ou conflito de interesse socioambiental durante a fase de aprovação da viabilidade, entendemos não haver risco que possa impactar negativamente a imagem do InfraBrasil.

Geração de Emprego

Durante o pico das obras deverão ser recrutados cerca de 300 profissionais. A operação do sistema de esgotos sanitários irá gerar cerca de 150 empregos. Na fase de implantação a maior parte da mão de obra usualmente utilizada neste tipo de obra, tais como serventes, auxiliares e pessoal de escritório, foi recrutada no próprio Município de Rio das Ostras e nos municípios vizinhos – Macaé e Casimiro de Abreu.

Circulação de Pessoas e Perfil da Praia

A abertura das valas para assentamento da rede coletora e a construção do emissário terrestre requer a interrupção de trechos de vias e passeios, requerendo adequação da circulação de pedestres, nos locais das obras.

Da mesma forma durante as obras de implantação do emissário submarino na praia de Costazul houve interferência com a circulação de banhistas, no trecho destas obras.

As obras do emissário submarino, em seu trecho inicial, exigiram a construção de um píer permanente e seus pilares de sustentação gerando alteração do processo de transporte dos sedimentos marinhos, ao longo da praia, favorecendo a formação de áreas, ainda que limitadas, de alargamento e estreitamento da largura da praia.

Estes impactos ambientais negativos foram minimizados e monitorados adequadamente.

Biodiversidade

Na fase de implantação do sistema de esgotamento sanitário ocorreu alterações na comunidade bentônica estabelecida na região onde foi implantado o píer.

Houve também necessidade de remoção de parte da cobertura vegetal ainda presente no terreno onde foi implantada a Estação de Tratamento de Esgotos, que pode ser classificada como vegetação secundária alterada, de baixo estágio sucessional.

A remoção, apesar de se traduzir na perda de espécies florísticas, será compensada com o plantio de espécies endêmicas da região.

Em relação aos impactos decorrentes da alteração de comunidades marinhas, esta será localizada, a 3.800 m de distância da linha de costa e limitada pela área de influência direta da tubulação difusora (uma tubulação, com uma extensão de cerca de 40 m, provida de orifícios para difusão inicial dos efluentes sanitários tratados no meio da imensa massa d'água marinha). Embora de pequena intensidade pode ser considerada relevante, por tratar-se de biota marinha, ainda que deverá influenciar somente uma pequena área restrita ao entorno da tubulação difusora.

A implantação dos pilares do píer irá proporcionar a presença de novas colônias de organismos bentônicos incrustados à superfície desses pilares, atraindo para o local espécies da ictiofauna regional.

Estes impactos ambientais negativos serão minimizados e monitorados pela aplicação do plano de gestão ambiental, que inclui programas de informação à população e de monitoramento da qualidade das águas e de comunidades bióticas.

Qualidade das Águas e de Vida da População

A operação do sistema de esgotos irá eliminar ou reduzir o aporte aos corpos d'água naturais e de esgotos sanitários gerados e a serem gerados na área urbana do município, evitando que essas águas servidas venham a permanecer em terrenos alagadiços contaminando o lençol freático ou sendo vertidos em valas e tubulações componentes da rede de drenagem pluvial, que carregam estes esgotos para as águas do Rio das Ostras ou para as águas marinhas fronteiras às praias.

A melhoria das condições sanitárias, a partir do início da operação do sistema de esgotos sanitários, irá interromper o ciclo de transmissão das doenças de veiculação hídrica, infecciosas e parasitárias, evitando, assim, a propagação destas doenças que são causas geradoras, principalmente, da mortalidade infantil.

A implantação das ligações prediais de esgotamento sanitário eliminará o lançamento de esgotos domésticos “in natura” em diferentes pontos e nos principais corpos d'água do município, acarretando na melhoria das condições sanitárias. A população deixará de conviver com locais insalubres, que trazem conseqüências indesejáveis à saúde pública, à qualidade ambiental e à qualidade de vida.

Vale ressaltar, como resultado, a valorização de bens patrimoniais, particulares e públicos, situados na área urbana de Rio das Ostras, pela operação eficiente de um sistema de esgotos sanitários e conseqüente melhoria das condições sanitárias do município, que ainda virá a manter e ampliar o fluxo de visitantes interessados em atividades de turismo e lazer.

VIII. Programas de EHS

Para minimizar os principais impactos negativos, foram propostas pelo empreendedor e estabelecidas pela FEEMA medidas ambientais e definidas diversas ações de controle, minimização e compensação, além de programas de informação e comunicação social. As condicionantes socioambientais previstas para as fases de implantação do empreendimento estão sendo acompanhadas pela FEEMA e demais órgãos regionais envolvidos.

Os programas ambientais propostos no processo e licenciamento ambiental, que se encontram em diversas fases de implementação fazem parte do plano de gestão e controle ambiental que contempla as seguintes ações: instalação e manutenção dos canteiros de obras; delimitação das obras e instalações provisórias; transporte de materiais, máquinas e equipamentos; sinalização das obras; remanejamento das redes de utilidades públicas e; inserção dos trabalhadores junto à população local; Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e de Comunidades Bióticas, Programa de Monitoramento das Atividades de Escavação, de Controle de Transporte e Trânsito, e Programa de Informação e Comunicação Social.

Como medida compensatória a Prefeitura Municipal de Rio das Ostras criou uma área próxima ao empreendimento, como uma área de conservação ambiental denominada –

Parque Natural Municipal dos Pássaros. A Prefeitura também é responsável pela execução de serviços de recuperação ambiental dessa Unidade de Conservação.

IX Exigências Propostas do EHS

Pré Desembolso

- ♦ Manifestação da Companhia de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE sobre a necessidade de concessão de outorga para uso da água para fins de saneamento ambiental;
- ♦ Apresentar Relatório contendo status do cumprimento das Condicionantes da Licença de Instalação com correspondentes custos, responsabilidade e cronograma físico-financeiro;

Pós Desembolso

- ♦ Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;
- ♦ Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças de Instalação e Operação;
- ♦ Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;
- ♦ Manter a FEEMA permanentemente atualizada com informações sobre a evolução dos programas ambientais;

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção – Cópia dos Relatórios Trimestrais, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação do Plano de Compensação e Gestão Ambiental e cronograma físico-financeiro;
- ♦ Fase de Operação – Cópia de Relatórios Trimestrais a serem encaminhados para a FEEMA, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas na Licença de Operação; e
- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

X Lista de Documentos

- ✓ Licença Prévia FE 002643 de 14/07/2004;
- ✓ Licença de Instalação FE 006727 de 29/07/2004;
- ✓ Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA elaborado pela Globaltech Tecnologia Ambiental.

Dados das empresas responsáveis pelo empreendimento:

Prefeitura Municipal de Rio das Ostras

Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos – SEMUOSP
Praça Prefeito Cláudio Ribeiro s/nº - Extensão do Bosque
Fone: 55 22 2764 1749

Dados da empresa de consultoria ambiental:

Globaltech Tecnologia Ambiental Ltda.

Av. Beira Mar, 216 sala 1.103 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Fone: 55 21 2544 5567
Responsável Técnico: Eng.º Fernando Penna Botafogo Gonçalves

ODEBRECHT

Elias Lages de Magalhães Neto
Tel: 11 3443 8488
e.mail: elages@odebrecht.com

Responsável Ambiental do projeto
Frederico Marcos A.H. Barbosa
Foen: 55 22 2760 5344
e.mail: fredericobarbosa@odebrecht.com

ANEXO 3

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

AVISO

O INFRABRASIL comunica o seu interesse em financiar o seguinte empreendimento:

Nome: Saneamento de Rio das Ostras

Localização: Rio das Ostras – Rio de Janeiro

Descrição: Sistema de Esgotamento Sanitário (ETE Rio das Ostras)

Informações Adicionais: O projeto consiste no investimento do InfraBrasil na empresa Saneamento de Rio das Ostras SA para a implantação da segunda fase do sistema esgotamento sanitário do município Rio das Ostras, constituído de operação da totalidade do sistema de coleta, tratamento e destinação final pelo prazo de 15 anos precedido de investimentos em rede coletora, estações elevatórias, estação de tratamento, emissário terrestre, emissário submarino e tubulação difusora.

Convidamos a sociedade a manifestar-se sobre esta nossa intenção. Quaisquer comentários devem ser dirigidos à Área de Risco Socioambiental do ABN AMRO Real.

Contatos:

Christopher Wells (11) 3174-7834 christopher.wells@br.abnamro.com

Cristiane Ronza (11) 3174-6414 cristiane.ronza@br.abnamro.com

ANEXO 4

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Declaração de Intenções/ Statement of Intention (SOI)

Aprovado	Cris Ronza
Date:	25 de Março de 2008
Nº:	0011

Empresa:	Pioneiros Bio Energia S.A.	
Contato:	Luis Gustavo Scartezini Rodrigues	Tel: 55 18 3786 9100 Email: luiz.gustavo@pioneiros.com
Projetos:	Usinas Termelétricas a bagaço de cana - UTEs Pioneiros	
Estado:	São Paulo – Sud Menucci e Ilha Solteira	

Para: Gerente do INFRABRASIL
De: EMS - Equipe Ambiental

Descrição

O projeto UTEs Pioneiro de responsabilidade da Bio Energia Pioneiros S.A., consiste da implantação e operação de duas usinas termelétricas utilizando como combustível o bagaço de cana oriundo do processo de fabricação de açúcar e álcool de duas Usinas do Grupo Pioneiro, localizadas nos municípios de Sud Mennucci e Ilha Solteira (SP).

O projeto será desenvolvido em duas etapas ao longo de ... anos e o investimento total está previsto em aproximadamente US\$... milhões e a participação proposta pelo InfraBrasil é de aproximadamente US\$ 150 milhões.

Atual Situação de Conformidade Ambiental

De acordo com a documentação apresentada, o projeto está sendo desenvolvido em conformidade com a legislação ambiental brasileira. Os órgãos ambientais estaduais e federais estão conduzindo o processo de licenciamento ambiental de acordo com os critérios e procedimentos definidos pelos órgãos responsáveis, utilizando como instrumentos de decisão o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) e o Relatório Ambiental Preliminar (RAP). O licenciamento ambiental e a definição de restrições ambientais estão sendo realizados pela SMA, Cetesb e DEPRN. As Licenças Prévias (nº 01061 de 15/12/2006 – Ilha Solteira e nº 0065 de 25/11/03- Sud Mennucci) e de Instalação (13001540 24/09/2007 Ilha Solteira e 13009112

de 26/03/04 - Sud Mennucci) e Licença de Operação Parcial 13001139 de 13/06/2006 – Sud Mennucci já foram emitidas.

Principais Questões de EHS

Os principais impactos negativos previstos para a fase de construção e operação das UTEs são a alteração do uso e ocupação do solo, da paisagem, das condições hidrológicas, da qualidade das águas e do ar, e da fauna e flora local.

Para minimizar esses impactos negativos foram definidas diversas medidas de controle minimização e compensação, além programas de comunicação social na região dos empreendimentos.

Considerando que o projeto encontra-se em fase de construção e durante a fase de viabilidade não gerou controvérsias ou conflitos de interesse socioambiental, entendemos não haver risco que possa impactar negativamente a reputação do InfraBrasil.

Principais Planos e Programas

De acordo com os documentos apresentados, os principais planos e medidas de monitoramento, minimização e compensação ambiental a serem implementados durante as fases de construção e operação são:

Decisão do EMS do InfraBrasil

Projeto Rejeitado:

O Fundo INFRABRASIL não pode ser utilizado para este Projeto. Baseado nos critérios do INFRABRASIL, o risco social e ambiental não é aceitável.

Aceito para *Due Diligence* de EHS:

O Fundo INFRABRASIL pode ser utilizado para este projeto.

Estratégia para *Due Diligence* Ambiental e Social

A equipe ambiental do InfraBrasil deverá realizar due diligence. A visita à área do projeto deverá ser realizada pela equipe ambiental do InfraBrasil, em conformidade com os critérios estabelecidos no EMS.

Comentários

Após análise das informações disponíveis e considerando as características do projeto e sua localizações, as UTEs da Pioneiros estão de acordo com os critérios de elegibilidade

previstos no Sistema de Gestão Ambiental (EMS) e não há impedimento socioambiental para a continuidade das negociações de investimento junto ao InfraBrasil.

ANEXO 5

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL Relatório de Viabilidade de EHS Nº 0010

Aprovado	Cris Ronza
Date:	11 de Abril de 2008
Nº:	00010

Empresa:	Pioneiros Bioenergia S.A.	
Contato:	Luis Gustavo Scartezini Rodrigues	Tel: 55 18 3786 9100 Email: luiz.gustavo@pioneiros.com
Projetos:	Usinas Termelétricas a bagaço de cana-de-açúcar - UTEs Sud Mennucci e Ilha Solteira	
Estados:	São Paulo – Sud Mennucci e Ilha Solteira	

Para: Gerente do INFRABRASIL

De: EMS - Equipe Ambiental

I. Conclusões e Recomendações

O investimento proposto para o financiamento de duas usinas termelétricas (UTES) a partir do aproveitamento da biomassa de cana-de-açúcar das unidades industriais do Grupo Pioneiros foi analisado com base nos critérios, procedimentos e princípios socioambientais adotados pelo Sistema de Gestão Ambiental (EMS) InfraBrasil.

Após análise das informações disponíveis e considerando as características dos projetos e suas localizações, as UTEs Sud Mennucci e Ilha Solteira, o grau de transparência e competência com que os responsáveis pelos projetos estão conduzindo as questões socioambientais, entendemos que o investimento objeto desse Relatório está em conformidade com o que estabelece o EMS do InfraBrasil e recomendamos a aprovação do Investimento proposto. O cumprimento das exigências e recomendações previstas nesse Relatório pode ser considerado suficiente para garantir a qualidade e boa reputação dos projetos e das entidades envolvidas no financiamento dos mesmos.

O contrato de financiamento deverá conter as exigências e recomendações apresentadas no **item IX** desse Relatório (Exigências Propostas do EHS).

II. Questões Principais de EHS

O seguinte ponto de atenção:

A partir da análise das informações disponíveis destaca-se o seguinte aspecto:

- ♦ A necessidade de segregação e transferência do licenciamento ambiental relativos às unidades de geração de energia a partir da constituição da sociedade de propósito específico – SPE, tanto nos aspectos regulatórios como das responsabilidades e passivos socioambientais associadas à operação das UTEs Sud Mennuci e Ilha Solteira hoje em nome da Destilaria Pioneiros S.A. e Pioneiros Bioenergia S.A, respectivamente, e futuramente sob responsabilidade da Bioeletricidade S.A.

III. Histórico

Em 20/03/2008, o InfraBrasil solicitou análise preliminar sobre a elegibilidade socioambiental das UTEs. A partir da análise das informações disponíveis, agendamos a realização da Due Diligence. A Declaração de Intenção SOI nº 0011 de 25/03/2008 foi elaborada e enviada para o gerente do InfraBrasil e recebeu manifestação favorável à continuidade da análise socioambiental do investimento.

Durante a visita realizada em 26/03/2008, foi possível verificar o estágio do licenciamento ambiental das unidades de geração de energia que são parte integrante das usinas de açúcar e álcool. Houve também entrevista com a equipe de recursos humanos, saúde e segurança do Grupo.

A equipe ambiental do InfraBrasil entendeu ser suficiente a qualificação da equipe de meio ambiente, saúde e segurança e relações institucionais da Pioneiros para a adequada condução das aprovações e gestão socioambiental do investimento proposto.

O investimento proposto pelo InfraBrasil está majoritariamente relacionado à geração e comercialização de energia das unidades industriais da Pioneiros. Contudo, em função das peculiaridades do setor sucroalcooleiro, vários aspectos apresentados nesse Relatório estão relacionados à atividade agroindustrial tanto da Destilaria Pioneiros S.A. quanto da Pioneiros Bioenergia S.A.

As Empresas Responsáveis

Desde 2006 a Pioneiros passou a produzir energia elétrica através de sua unidade de co-geração, passando não apenas a ser auto-suficiente energeticamente como também a comercializar o excedente.

A Pioneiros foi a primeira empresa sucroalcooleira no Brasil a utilizar o processo de moagem 100% eletrificado, o que permitiu aliar eficiência tecnológica e maior extração energética, resultando em alto rendimento na obtenção de energia, gerando ganhos de até 26% na exportação de energia elétrica.

Atualmente a Pioneiros possui na Unidade de Sud Mennucci uma capacidade instalada para moer 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, com planejamento agrícola para alcançar 3,0 milhões de toneladas em 2009, já considerando a produção da unidade de Ilha Solteira, que se encontra em fase de implantação.

Na safra correspondente ao exercício 2006/2007, a Empresa teve no seu faturamento a seguinte composição: (i) açúcar 47%; (ii) álcool 42%; e (iii) energia elétrica 7%.

A unidade de geração de energia de Ilha Solteira, tem a seguinte relação de fornecedores:

- Caldeira: **Caldema** – A escolha pela Caldema se deu na alta capacidade de customização da caldeira pela fabricante, adequando-a ao perfil desejado pela Pioneiros;
- Turbo-geradores e turbina a vapor: **Siemens**;
- Gerador do conjunto turbo-gerador: **Weg**.

A **Crystalsev** é a empresa responsável pela comercialização dos produtos da Pioneiros. É sediada em Ribeirão Preto (SP) e atua principalmente na intermediação comercial e na prestação de serviços de logística para as usinas associadas.

A Grupo conta com uma equipe multidisciplinar para a coordenação e gestão dos aspectos socioambientais dos projetos e duas empresas de consultoria ambiental Projec – Projetos e Consultoria Ltda.

Modelo de Gestão da Pioneiros

O modelo de gestão do grupo Pioneiros abrange todas as áreas da empresa, como agrícola, indústria, cogeração de energia, administrativa-financeira e gente & gestão, nas operações essenciais de finanças, contabilidade, materiais, vendas e distribuição, produção, manutenção, projetos, qualidade, recursos humanos, contemplando ainda indicadores operacionais e gerenciais.

Esse modelo foi desenvolvido sobre a plataforma SAP NetWeaver (inspirado no modelo da Toyota) que, possibilita a criação de uma rede integrada onde todas as operações, despesas e custos das empresas são controlados de forma ágil e eficaz. Os indicadores gerados desse processo permitem que a gerência e a diretoria se fundamentem na tomada de decisões estratégicas, bem como no planejamento de suas operações.

Durante a análise dos documentos e visita às unidades industriais e rurais do Grupo foi possível verificar que o modelo está gerando resultados positivos, principalmente no que se refere à gestão das relações de trabalho. Além dos aspectos de planejamento, a empresa dispõe de procedimentos de gestão, desenvolvimento de talentos, capacitação, liderança e auditorias regulares.

IV. Descrição do Projeto

A Usina Pioneiros (Unidade Sud Mennucci) está localizada no noroeste do Estado de São Paulo, município de Sud Mennucci. A empresa possui atualmente 28.455 hectares de cana plantados na região, dos quais aproximadamente 8.500 hectares no município de Sud Mennucci.

A Pioneiros possui uma unidade industrial com capacidade para moagem de 1,8 milhões de toneladas de cana em Sud Mennucci, sendo que na safra de 2007/08 foram efetivamente processadas 1,4 milhões de toneladas. Planeja-se, para 2009, uma expansão da capacidade desta unidade para 3 milhões de toneladas de cana e aumento da capacidade de geração de energia.

A Pioneiros também está construindo uma nova usina em Ilha Solteira (SP). Esta unidade processará até 1,5 milhões de toneladas de cana com capacidade instalada de geração de 50 MW.

A participação proposta para o InfraBrasil é de aproximadamente R\$ 120 milhões, a serem desembolsados em três tranches, sendo R\$ 30 milhões em ações, R\$ 70 milhões em debêntures conversíveis e R\$ 20 milhões em debêntures simples, dos quais R\$ 65 milhões serão utilizados para refinanciamento de dívidas existentes e R\$ 55 milhões para a construção da nova planta em Ilha Solteira (SP) e expansão da capacidade de Sud Mennucci.

O cronograma de entrada em operação da expansão de Sud Mennucci e a nova unidade de Ilha Solteira está previsto para 2009 e as principais características dos projetos com foco para as UTEs estão descritas a seguir.

UTE Sud Mennucci

A expansão da unidade de Sud Mennucci prevê o aumento da capacidade de moagem da Usina e uma nova UTE. Esta expansão também adaptará as instalações atuais para o uso da palha na geração de energia. O projeto de ampliação do sistema de cogeração de energia elétrica da Destilaria Pioneiros S.A. preconiza uma capacidade final instalada de 90 MW de energia elétrica e uma produção nominal de 300tvh (toneladas de vapor por hora) de energia térmica, a partir da queima da biomassa (bagaço de cana-de-açúcar). A situação atual do licenciamento ambiental prevê uma potência de 64MW.

A ampliação do sistema de cogeração de energia consistiu de duas fases:

1ª Fase (safra 2003/2004) – Construção civil: construção da base da caldeira, da nova casa de força, subestação elevadora de energia elétrica e torres de resfriamento. Equipamentos: 01 caldeira de 150tvh, 69 Kgf/cm², 530 °C, 01 desaerador 150m³/h. Utilidades: 01 turbo gerador de 32 MW, 01 torre de resfriamento 200 m³/h, 01 subestação elevadora de energia elétrica 13,8/138 kV, 01 linha de transmissão de 138kV, com 19,75 km de extensão.

2ª Fase (safra 2005) – Construção civil: construção da base da caldeira. Equipamentos: 01 caldeira de 150tvh (sem a palha), 69 Kgf/cm², 530 °C, 01 desaerador 150m³/h. Utilidades: 01 turbo gerador de 64 MW, 01 torre de resfriamento 200 m³/h.

Linha de Transmissão

A LT já implantada, com origem na SE (13,8 kV/138 kV) da Destilaria Pioneiros e término na LT de 138 kV da concessionária local. A LT foi projetada com as seguintes características técnicas: extensão de 19.750 metros, tipo: ramal de 138 kV em circuito simples, estrutura de sustentação: metálicas auto portantes, faixa de servidão: 30 metros de largura (área total de 59,25 ha).

UTE Ilha Solteira

A usina de Ilha Solteira terá capacidade para processar 1,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar para produção máxima de 80.000,00 m³ de álcool carburante, 3 milhões de sacas de 50 kg de açúcar cristal e 50 MW de energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana-de-açúcar. A agroindústria possuirá 2 caldeiras do tipo aquatubular de vapor de alta pressão, com capacidade de produção de 300 tv/h (toneladas de vapor por hora), com pressão de 69 kgf/cm² e temperatura de 530 °C, suficiente para garantir a demanda de energia elétrica e vapor da indústria durante toda a safra. A capacidade dos turbo geradores é de 50 MW sendo que desse total 35 MW serão comercializados.

V. Situação Atual da Conformidade Ambiental

Os procedimentos de licenciamento ambiental das UTEs e definição de restrições ambientais deverão ser definidos e acompanhados pelos órgãos estaduais e ou federais de meio ambiente e pela equipe ambiental do InfraBrasil.

De acordo com a documentação apresentada, o projeto está sendo desenvolvido em conformidade com a legislação ambiental brasileira. Os órgãos ambientais estaduais estão conduzindo o processo de licenciamento ambiental de acordo com os critérios e procedimentos definidos pela legislação ambiental vigente, utilizando como instrumentos de decisão o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) e o Relatório Ambiental Preliminar (RAP). O licenciamento ambiental e a definição de restrições ambientais estão sendo realizados pela SMA, Cetesb e DEPRN (Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais). As Licenças Prévias (nº 01061 de 15/12/2006 – Ilha Solteira e nº 0065 de 25/11/03- Sud Mennucci) e de Instalação (13001540 24/09/2007 Ilha Solteira e 13009112 de 26/03/04 - Sud Mennucci) e Licença de Operação Parcial 13001139 de 13/06/2006 – Sud Mennucci já foram emitidas.

As Reservas Legais das unidades industriais estão averbadas nas matrículas do imóvel.

As Reservas Legais e as Áreas de Preservação Permanente tanto das áreas industriais como das áreas arrendadas para o cultivo de cana-de-açúcar deverão ser demarcadas e

recuperadas pela Pioneiros Bioenergia a partir dos resultados das negociações em curso com o DEPRN e os proprietários rurais.

Os principais impactos negativos previstos para a fase de viabilidade, construção e operação das usinas e das UTEs foram avaliados pela empresa de consultoria Projec – Projeto e Consultoria S/C Ltda e foram atestados e aprovados pelos órgãos ambientais envolvidos.

Para minimizar esses impactos negativos foram definidas diversas medidas de controle, monitoramento e minimização, além de programas de compensação ambiental e social.

VI. Divulgação de Informações e Reunião Pública

Em 18/06/2006, foi realizada em Ilha Solteira a Audiência Pública prevista na legislação ambiental brasileira.

A partir da leitura da Ata da Audiência Pública e das discussões conduzidas pelo empreendedor com a comunidade afetada pelos projetos pode-se dizer que todo o processo de divulgação foram bem conduzidos, tanto pelo órgão ambiental como pelos responsáveis pelos projetos.

Conforme previsto na legislação ambiental vigente, para o projeto de ampliação do sistema de cogeração de energia elétrica da Destilaria Pioneiros em Sud Mennucci não foi necessária à realização de audiência pública.

VII. Principais Riscos e Impactos de EHS

Os principais impactos negativos previstos para a fase de operação das UTEs Sud Mennucci e Ilha Solteira são: (i) alteração do uso e ocupação do solo e da paisagem, (ii) alteração das condições hidrológicas e da qualidade das águas, (iii) alteração da qualidade do ar e incômodo à população, (iv) alteração de ecossistemas aquáticos e terrestres.

A seguir, serão apresentados apenas os aspectos que mereceram atenção da equipe ambiental do InfraBrasil durante o processo de pré e pós *due diligence* e que deverão ser monitorados durante o período do contrato. Ressalta-se que, apesar do investimento proposto pelo InfraBrasil ser majoritariamente relacionado à geração e comercialização de energia, vários aspectos apresentados a seguir estão relacionados fundamentalmente à atividade agroindustrial tanto da Destilaria Pioneiros S.A. quanto na Pioneiros Bioenergia S.A.

Fauna e Flora

A instalação da nova planta industrial de Ilha Solteira (71,20 ha) das novas caldeiras, dos turbos-geradores em Sud Mennucci e da Subestação não acarretarão impactos ao meio

biótico, haja vista que os equipamentos serão instalados em área já antropizadas, não exigindo supressão de vegetação nativa e nem grande movimentação de terra.

A implantação da linha de transmissão deverá intervir na fauna e flora local, a qual irá transpor cinco Áreas de Preservação Permanente (APPs). De acordo com as informações apresentadas, essas áreas não apresentam grau elevado de regeneração.

Em relação à área agrícola (5.775 há) já são ocupados com plantio de cana. Para a nova unidade em Ilha Solteira será necessária a expansão do plantio em 24.175 ha até a safra de 2013/14, totalizando uma área de 29.950 ha. Essa expansão substituirá apenas áreas atualmente destinadas à pastagem de gado ou com culturas perenes. Não está prevista a supressão de vegetação nativa para expansão da lavoura. As espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção presentes na região não serão afetadas diretamente pela implantação dos projetos.

Qualidade do Ar

As atividades de implantação e operação dos projetos poderão gerar poeira em suspensão e gases oriundos da movimentação de veículos e máquinas e serão minimizados por meio de umidificação periódica do solo em períodos prolongados de ausência de chuvas, bem como a manutenção adequada dos veículos.

O bagaço de cana utilizado como combustível para geração de energia nas UTEs, está associado à geração de material particulado (MP) e óxido de nitrogênio (NOx). De acordo com as informações disponíveis, em termos de qualidade do ar, os valores das estimativas das concentrações máximas diárias e anual para MP e NOx demonstram o atendimento ao padrão de qualidade do ar em conformidade com a legislação brasileira (Conama nº03/90).

A ampliação da capacidade de geração energética associada à implantação de equipamento de controle (lavador de gases) poderá reduzir significativamente as emissões de material particulado. As emissões de NOx poderão duplicar em relação a condição atual, porém ainda dentro dos padrões da qualidade do ar.

A Pioneiros Bioenergia já adquiriu a caldeira da Empresa Caldema. Esse equipamento é dotado de um sistema de captação de fuligem, conhecido como lavador de gases, de maneira a reter ao máximo a emissão de particulados. Com a instalação deste equipamento haverá emissão de 200 mg/Nm³, com 9% de O₂, após a passagem dos gases. Esta caldeira terá também analisadores de gases CO e CO₂.

Em negociação com o órgão ambiental, está prevista caso necessário, a adequação/comprovação dos parâmetros de emissão e dispersão de poluentes e desenvolvimento de um plano de monitoramento.

Quanto à emissão de material particulado proveniente da queima da cana-de-açúcar na colheita, a queima irregular da cana pode ocasionar alteração na qualidade do solo, poluição do ar, emissão de gases do efeito estufa, incômodo à saúde pública, incêndios em áreas protegidas, destruição de habitats e acidentes por visibilidade. Além das medidas de

controle e prevenção já adotados, a Pioneiros está comprometida com o Plano de Eliminação das Queimadas – P.E.Q., previsto na Lei Estadual nº11.241/02. Atualmente, cerca de 60% da colheita já está mecanizada. O objetivo da Pioneiros é de chegar a 100% até a safra de 2013/2014.

A empresa pretende negociar **créditos de carbono** que possam ser gerados pelos projetos.

Qualidade das Águas e Resíduos Sólidos

Os efluentes gerados no processo de cogeração serão as águas das purgas das caldeiras e da retrolavagem de desmineralização, as quais serão encaminhadas ao sistema de fertirrigação existente.

A aplicação de fertilizantes químicos na cultura da cana-de-açúcar de maneira inadequada poderá gerar contaminação do solo e dos recursos hídricos e a saúde dos trabalhadores. Para a mitigação deste impacto está previsto o desenvolvimento de um plano de manejo.

A vinhaça resultante do processo industrial será encaminhada para aplicação na lavoura de cana-de-açúcar por meio do processo de fertirrigação. Caso esse processo seja realizado de forma inadequada poderá ocasionar odor e incômoda à população. Para minimizar esses potenciais impactos, a Pioneiros definiu medidas como: não utilização de áreas próximas a centros urbanos e uso das melhores técnicas agronômicas e cumprimento da legislação ambiental. O Plano Diretor estabelecido pela Norma CETESB P 4.231, que está sendo elaborado pela equipe de consultoria da Pioneiros, visa o aproveitamento racional da totalidade da vinhaça e das águas residuárias produzidas, sob os pontos de vistas técnico, econômico e ambiental.

Quanto aos resíduos sólidos gerados no processo de cogeração (cinzas e fuligem das caldeiras), os mesmos não contribuem para contaminação do solo, desde que sejam dispostos de forma adequada. Esses resíduos serão encaminhados às lavouras de cana e incorporados ao solo como corretivo.

Patrimônio Arqueológico

De acordo com parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, as áreas afetadas pelos projetos não contém registros arqueológicos a serem resgatados.

Desenvolvimento Humano

O ensino da rede municipal de Sud Mennucci está entre os melhores do país. O município integra a lista de 37 municípios tidos como modelos em todo o Brasil. O estudo foi realizado pelo Unicef, Ministério da Educação e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, com base no resultado do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Sud Mennucci também foi pioneira no Brasil, em proporcionar acesso grátis à internet banda larga sem fio (rede Wi-Fi) a todos os moradores.

De acordo com as informações disponíveis, a implementação dos projetos, incluindo a usina nova em Ilha Solteira deverá gerar cerca de 1.239 postos de trabalho. Estima-se que a mão-de-obra a ser adquirida pelos projetos será maior parte preenchida pela população residente na própria região. O Sindicato Rural regional informa que existem 3000 trabalhadores ociosos, além do aumento de arrecadação de impostos pelo município.

A partir da visita realizada e verificação do sistema de gestão de pessoas e da documentação relativas aos projetos foi possível observar boa qualidade técnica, operacional e de saúde e segurança na indústria e na área rural. A Pioneiros demonstrou competência na gestão de social e ambiental do seu negócio.

VIII. Programas de EHS

Para minimizar os principais impactos negativos, foram propostas pelo empreendedor e estabelecidas pela SMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) medidas ambientais e definidas diversas ações de controle, monitoramento, minimização e compensação. As condicionantes socioambientais previstas para as fases de implantação dos empreendimentos estão sendo acompanhadas pela SMA/CETESB e demais órgãos regionais envolvidos.

Os programas de monitoramento estabelecidos pelo órgão ambiental estadual que se encontra em diversas fases de elaboração e/ou implementação são: Qualidade das Águas, Emissões Atmosféricas e Ecológicas, Fauna e Vegetação.

Compensação Ambiental

De acordo com a Deliberação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA, a Destilaria Pioneiros S.A. deverá aplicar R\$ 325.000,00 para a criação da Unidade de conservação no Varjão do Jacaré próximo à APA Ibitinga. (Lei do Sistema Nacional de Unidade Conservação - SNUC)

A empresa já assinou o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA e apresentou o recibo de depósito em caderneta de poupança, em atendimento ao artigo 36 da Lei Federal 9985/00 regulamentada pelo Decreto Federal 4340/02.

Demarcação e Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP)

As áreas adquiridas para criação das Reservas Legais das áreas industriais que inclui as áreas as UTEs já foram averbadas.

A recuperação das Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP) das áreas industriais será de inteira responsabilidade da Pioneiros. A regularização e recuperação das RL e APP das áreas próprias e arrendadas para o cultivo de cana-de-açúcar estão sendo diagnosticadas e em processo de negociação com os órgãos ambientais e proprietários. A Pioneiros Bioenergia deverá submeter um Projeto de Restauração Vegetal para aprovação do DEPRN.

Compensação Social

Em parceria com o Poder Público Municipal a Destilaria Pioneiros apoiará financeiramente os seguintes projetos educacionais: Projeto Período Integral, Projeto Guri, Projeto Jovens Construindo Cidadania (JCC) Implantação do Projeto Semear em Ilha Solteira, Projeto Aprendendo com a Natureza, Associação de pequenos Produtores Rurais do Município de Ilha Solteira, Atividades Culturais, Parceria com Escolas Públicas e Estaduais e Programa Escola Família.

O investimento total de implementação desses programas será de cerca de R\$ 150.000,00.

IX Exigências Propostas do EHS

Exigências de EHS

Pré Desembolso

- ♦ Apresentar manifestação favorável do órgão ambiental sobre a transferência de razão social (Bioeletricidade S.A.), responsabilidades e passivos socioambientais das UTEs de Sud Mennucci e Ilha Solteira a serem segregados dos processos de licenciamento ambiental hoje em nome da Destilaria Pioneiros S.A. e Pioneiros Bioenergia S.A.;
- ♦ Apresentar status do Projeto de Restauração Florestal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das áreas de Reserva Legal (RL) das áreas próprias e arrendadas para o plantio de cana-de-açúcar previstos na licença Prévia da Pioneiros Bioenergia S.A.

Pós Desembolso

- ♦ Relatório Anual de Conformidade de EHS, contendo o estágio de cumprimento das exigências de EHS estabelecidas no contrato a ser assinado com o InfraBrasil;
- ♦ Apresentar Relatório Anual de acompanhamento da evolução das atividades associadas aos empreendimentos, com identificação das Áreas de Preservação

Permanente (APPs, as Averbações de Reserva Legal, a expansão canavieira, os fragmentos e/ou maciços vegetais;

- ♦ Apresentar Relatório Anual de evolução do Plano de Eliminação de Queimadas (P.E.Q);
- ♦ Implementar um sistema de gestão baseado na norma SA 8000;
- ♦ Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais;
- ♦ Cumprir com todas as exigências e condicionantes previstas nas Licenças Ambientais das UTEs;
- ♦ Comunicar qualquer solicitação de revisão de exigência constante das Licenças Ambientais para cada projeto e respectivos programas de monitoramento ambiental;
- ♦ Comunicar qualquer solicitação de novas licenças e/ou ampliação de potência para cada projeto;
- ♦ Encaminhar cópia dos ofícios, autorizações, licenças e relatórios trocados com os órgãos ambientais;
- ♦ Manter os órgãos permanentemente atualizados com informações sobre a evolução dos programas ambientais para cada projeto.

Relatórios de Monitoramento de EHS

- ♦ Fase de Construção das UTEs – Cópia dos Relatórios Semestrais de Andamento dos Programas Ambientais, até o início da operação dos empreendimentos, contendo o estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento ambiental, estágio de implementação dos programas ambientais, planos de monitoramento e cronograma físico-financeiro;
- ♦ Fase de Operação das UTEs – Cópia de Relatórios Semestrais a serem encaminhados para os órgãos ambientais, contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas empresas e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação; e
- ♦ Após o primeiro ano de operação, apresentar Relatórios Semestrais nos primeiros 3 anos de operação e anual até o final do financiamento.

X Lista de Documentos

- ✓ Questionário Socioambiental da Empresa;
- ✓ Google <http://www.sudmennucci.sp.gov.br>
- ✓ Pioneiros Bioenergia Memorando de Informações – Dezembro, 2007
- ✓ Parecer Técnico CPRN/DAIA 432/06
- ✓ Parecer Técnico CPRN/DAIA 405/03
- ✓ Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) – Ilha Solteira
- ✓ Relatório Ambiental Preliminar (RAP) - Sud Mennucci
- ✓ Licença Prévia nº 0065 de 25/11/03 - Sud Mennucci
- ✓ Licença de Instalação nº 13009112 de 26/03/04 - Sud Mennucci)
- ✓ Licença de Operação Parcial 13001139 de 13/06/2006 – Sud Mennucci
- ✓ Licença Prévia nº 01061 de 15/12/2006 – Ilha Solteira
- ✓ Licença de Instalação nº 13001540 24/09/2007 - Ilha Solteira
- ✓ Parecer Técnico do DEPRN
- ✓ Parecer Técnico da CETESB
- ✓ Parecer Técnico do IPHAN
- ✓ Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos

Dados das empresas responsáveis pelo empreendimento:

Pioneiros Bioenergia S.A.

Avenida Pioneiros, 713 - Centro
Sud Mennucci - SP
Fone: 55 18 3786 9100
15360-000
Responsável: Luiz Gustavo S. Rodrigues

ANEXO 6

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRABRASIL

AVISO

O INFRABRASIL comunica o seu interesse em financiar o seguinte empreendimento:

Nome: Pioneiros Bioenergia S.A.

Localização: São Paulo

Descrição: Trata-se de duas Usinas Termelétricas (UTES)

Informações Adicionais: O projeto consiste do investimento do InfraBrasil na empresa Pioneiros Bioenergia para o desenvolvimento de dois projetos de geração de energia a partir do aproveitamento da biomassa de cana-de-açúcar das unidades industriais do Grupo Pioneiros em Sud Mennucci e Ilha Solteira.

Convidamos a sociedade a manifestar-se sobre esta nossa intenção. Quaisquer comentários devem ser dirigidos à Área de Risco Socioambiental do ABN AMRO Real.

Contatos:

Christopher Wells (11) 3174-7834 christopher.wells@br.abnamro.com

Cristiane Ronza (11) 3174-6414 cristiane.ronza@br.abnamro.com